

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE RELAÇÕES ENTRE AS CIDADES-IRMÃS PELOTAS E SUZU (JAPÃO): O CASO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA “PROJETO SAQUÊ”

**GABRIEL BOTAFOGO DE OLIVEIRA BISPO¹; RAFAELLA GONÇALVES
SANTOS²; ANA LUCIA CAPELARI³; SILVANA SCHIMANSKI⁴**

¹*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – gabrielbispo.live@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – rafaellagsanto@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - ana.capelaris@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – silvana.schimanski@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta dados preliminares de uma pesquisa que busca conhecer o caso do Convênio de Cooperação Técnica firmado em 19 de Junho de 2008, entre o Município de Pelotas, Município de Suzu (Japão), Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Trata-se de uma ação de pesquisa (15310) cadastrada no âmbito de projeto unificado com ênfase em extensão (Cidades-irmãs - 4650), cujo objetivo é sistematizar informações sobre as irmandades internacionais do município de Pelotas-RS, a fim de analisá-los e divulgá-los.

Pelotas possui laços de cidade-irmã formalizado por troca de correspondências com o município japonês Suzu (na província de Ishikawa, no Japão), desde setembro de 1963. Tais laços foram facilitados pelo cidadão pelotense L.C. Vinholes que, por sua trajetória pessoal e profissional, estimulou a institucionalização do vínculo entre as duas cidades. A escassa literatura sobre cidades-irmãs, embora reconheça que sejam instrumentos de cooperação relativamente comuns entre entes subnacionais de diferentes países, aponta para sua fragilidade por serem frequentemente protocolares, sem resultados concretos (SPADALE, 2014). Nesse contexto, a pergunta que orienta a pesquisa é qual(ais) fator(es) estimularam o aprofundamento dessas relações para que fosse possível a formalização do Convênio de Cooperação Técnica em torno do projeto saquê?

A cooperação internacional é um mecanismo diplomático que permite que dois ou mais entes atuem conjuntamente em diferentes situações, por exemplo na cooperação para o desenvolvimento, cooperação técnica, entre outras. No Brasil há dois tipos de cooperação internacional: a centralizada e a descentralizada. Os acordos de cooperação internacional centralizados são regidos pela Associação Brasileira de Cooperação (ABC), quando há atuação do Brasil como prestador ou recebedor de cooperação, firmando acordos com outros países ou organizações internacionais. A cooperação descentralizada refere-se à cooperação protagonizada pelos entes subnacionais - estados e municípios - modalidade que ganha destaque com o avanço da paradiplomacia e da inserção desses entes no sistema internacional (BRASIL, 2023).

Nesse contexto, a cooperação técnica é aquela voltada para o compartilhamento de conhecimento (*know-how*), boas práticas e trocas para exploração de oportunidades, podendo prever intercâmbio de equipes especializadas ou equipamentos. Tipicamente, no âmbito da cooperação técnica, o foco não está no repasse de recursos financeiros, mas sim da *expertise* técnica capaz de habilitar o desenvolvimento de uma população em uma determinada área. Assim, são estabelecidos acordos ou convênios que dispõem acerca do funcionamento prático da cooperação (TEW, 2013).

De acordo com a Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2023b), embora a denominação dos atos não determine o caráter do instrumento jurídico, na prática diplomática o seu conteúdo é determinante. Assim, geralmente os compromissos estabelecidos por um convênio internacional descentralizado referem-se à cooperação multilateral envolvendo entes subnacionais, sobre temas de natureza diversa e podem entrar em vigor na data da assinatura, desde que não gerem compromissos para a União. Em razão do seu uso no direito doméstico, o Itamaraty recomenda a utilização da nomenclatura Memorando de Entendimento para o registro de princípios e orientações gerais da relação entre as partes.

A modalidade descentralizada demonstra a possibilidade que agentes subnacionais têm de atuar na persecução internacional de oportunidades para as suas demandas e necessidades. Dessotti (2007) sugere que tais dinâmicas, representam uma mudança de paradigma na diplomacia tradicional, resultando em um aumento da inserção internacional das cidades.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi orientada pela abordagem qualitativa, a partir dos conceitos supracitados. Foi amparada em fontes primárias (documentos, mensagens eletrônicas, informações de arquivos pessoais) e secundárias (bibliografia, notícias de imprensa) com finalidade exploratória.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O motivo de Pelotas ter sido escolhida como alvo do possível empreendimento japonês revela o potencial da paradiplomacia e da cooperação técnica aproximando duas cidades com pouco em comum e separadas por mais de dezoito mil km de distância. O laço original data de 1963, quando foi declarada a irmandade entre as cidades. Porém, apenas três décadas depois, seria percebido o potencial de um vínculo cooperativo, visto que Pelotas, assim como muito do Rio Grande do Sul, é produtora de arroz, matéria prima para a fabricação de saquê, e Suzu, apesar de seu tamanho pequeno, de apenas 20.000 habitantes, possui uma destilaria e vontade de expandir-se internacionalmente.

No ano de 1995, o então Reitor da UFPel, Dr. Antônio César Borges, integrou a comitiva brasileira para viagem a Tóquio, para as solenidades comemorativas do centenário do Tratado de Amizade Brasil - Japão (BORGES, 2016). Nessa visita, o ex-Reitor visitou a cidade de Suzu e após um encontro com o prefeito da cidade, propôs encaminhar um acordo envolvendo a UFPel, as Prefeituras, a EMBRAPA de Pelotas e empresas japonesas produtoras de saquê. Foram definidas cinco etapas fundamentais para o processo:

- 1) Visita de uma Missão de Suzu para avaliar as potencialidades e as limitações para a produção de saquê em Pelotas;
- 2) Avaliação a campo em Pelotas de cultivares de arroz de saquê provenientes do Japão;
- 3) Envio de uma Missão de Pelotas, para treinamento de dois meses na produção de saquê;
- 4) Elaboração de saquê em Pelotas, em escala experimental;
- 5) Implantação de uma indústria de saquê em Pelotas.

Em julho de 1996, partiu da cidade de Suzu, no Japão, uma comitiva composta de três profissionais ligados à destilaria Sogen e um representante do governo local, com destino a Pelotas, no Brasil. Seu objetivo estava em produzir um estudo estratégico sobre a viabilidade da construção de uma planta de destilação de saquê no município. Com diversas trocas entre os representantes envolvidos nas instituições das duas cidades ao longo dos anos, dados preliminares da pesquisa são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Datas e fatos relacionados ao Projeto Saquê

1995	O reitor da UFPel à época, Dr. Antônio César Borges, em visita oficial à cidade de Suzu, encaminhou acordo de cooperação envolvendo a UFPel, as respectivas prefeituras, a Embrapa e empresas japonesas produtoras de saquê.
1996	Trocas de correspondências entre a prefeitura de Suzu e L. C. Vinholes com trocas de informações e roteiros informações sobre tratamento à missão do saquê (vice-prefeito Ryoko Tabata, membros da Missão Saquê chefiadas por Koen Morooka)
15 a 27/07/1996	Chegada da comissão japonesa em Pelotas: Secretário de Educação Koen Morooka; Sunehiko Noguchi; Shoichi Tempo (Especialistas produtores de saquê de Noto); Ryozo Michitaka (Mestre em Saque da Empresa Sogen). A missão foi de parecer favorável à execução das próximas etapas.
19/07/1996	Reportagem do Diário Popular "UFPel prepara destilaria: Universidade recebe missão japonesa que vem preparar a produção de saquê"
1996	Trocas de mensagens entre o prefeito de Suzu Osamu Kaizo e L. C. Vinholes; Mensagens de L.C. Vinholes para o reitor da UFPel César Borges sobre falta de diálogo com Suzu sobre estagiários do saquê; manifestações de preocupação em torno do projeto saquê.
1997	A prefeitura de Suzu mandou a UFPEL sementes de arroz para saquê das espécies <i>Yamada Nishiki</i> e <i>Gohiakuman</i> . Estas sementes foram deixadas sob os cuidados do Pesquisador da EMBRAPA de Pelotas Dr. Arlei Laerte Silva Terres e Relatório Técnico foi enviado à Prefeitura de Suzu.
12/12/1997	Reportagem do Diário Popular "UFPel prepara destilaria de saquê: Projeto prevê agora a ida de técnicos da Universidade Federal ao Japão em janeiro"
14/01 a 14/03/1998	Missão de treinamento de Pelotas em Suzu, com equipe liderada pelo professor Leonardo Nora, do Depto de Ciência de Tecnologia Agroindustrial da FAEM, com a participação de três alunos da universidade: Anibal Augusto Garcia Kogan, Henrique Edimilson Yoshiharu e Rudiar Rivero Rodrigues.
12/01/1998	Reportagem do Diário Popular "Equipe da UFPel viaja ao Japão: Técnicos estudarão os métodos de produção do saquê com o objetivo de produzir a bebida"
2000	Busca por recursos para a produção experimental sem sucesso (instituições de amparo à Pesquisa e Iniciativa Privada). Trabalhos suspensos.
16/05/2001	Reportagem do Diário Popular "Projeto saquê desperta interesse de empresário"
19/06/2008	Visita do prefeito de Suzu e sua comitiva em Pelotas, por ocasião do centenário da imigração japonesa no Brasil. Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre Município de Pelotas, Município de Suzu, Universidade Federal de Pelotas e Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, a partir das diversas fontes consultadas.

O caso sugere que o acordo de cooperação técnica no modelo descentralizado foi possível em razão da existência de instituições locais que, em determinado momento, convergiram acerca de princípios para aprofundar suas

conexões produtivas. Até o momento não foram encontrados dados sobre a produção de saquê em escala experimental, estudos de viabilidade para a implantação de indústria ou fatores que levaram à descontinuidade do projeto. O Convênio estabelece na sua segunda cláusula que seriam designados coordenadores para a execução do Convênio, sobre a qual também não se tem informação. A cláusula terceira do documento estabeleceu um prazo de cinco anos de vigência e também não há evidências sobre sua prorrogação.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa é inovadora pois explora as relações internacionais em um contexto local, a partir dos vínculos estabelecidos pelo arranjo de cidades-irmãs entre Pelotas e Suzu. A partir da convergência de vontades de indivíduos e instituições de ambos os municípios, foi possível avançar nas relações internacionais municipais, por meio da formalização do Convênio de Cooperação Técnica em torno do projeto saquê. Até o momento não foram localizadas maiores evidências e estudos que justifiquem a descontinuidade das discussões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação - ABC. **Cooperação Técnica**. 1 nov. de 2022. Acessado em 12 set. 2023. Online. Disponível em:
<https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/cooperacao-tecnica>

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação - ABC. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral**. v.5, 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE. Divisão de atos Internacionais. Acessado em 13 set. 2023 Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/atos-internacionais>

BORGES, Antonio Cesar Gonçalves. **Universidade Transformada. depoimentos e reflexões de um ex-reitor**. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2016.

DESSOTTI, Fabiana Rita. Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local. **5ÈME COLLOQUE DE L'IFBAE**. 5, 2009, Grenoble.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Convênio de Cooperação Técnica**. Pelotas, 2008.

SPADALE, Pedro. Relações Inter(sub)nacionais: O caso do Estado do Rio de Janeiro. In: MARCOVITCH, Jacques. DALLARI, Pedro B. A. (Orgs). **Relações Internacionais de âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014.

TEW, Rob. Technical Cooperation: Investments to End Poverty discussion paper. **Development Initiatives**. Mar. 2013.